

Texto de apoio GDT 3 - Diversidade 2: Etnias e Acessibilidade

O que é ser negro/a, quilombola, indígena ou deficiente na sociedade? Essa é uma pergunta que acompanha o cotidiano de qualquer minoria social em espaços supostamente elitizados. Somos minorias nas universidades, pós-graduações, na política, na ciência, nos escritórios, na academia, nas melhores escolas, nas lideranças, nas artes de grande alcance e no PET. Ser negro/a, quilombola, indígena ou deficiente é se perguntar constantemente se esse é o seu lugar, quando a luta vai acabar e se algum dia o preconceito será extinto.

O racismo estrutural e institucional infelizmente é o alicerce da sociedade que foi construída hierarquicamente com negros na base, o que refletiu em pobreza, baixo saneamento, educação e saúde precárias e os piores trabalhos para os de cor. A falsa superioridade branca sustentada muitas vezes pela ciência, política e mídias sociais através da desolação da história do povo negro, trouxe a baixa representatividade nos espaços de maior prestígio, sendo as negras mais prejudicadas ainda por serem mulheres.

Não muito distante, segue as comunidades tradicionais que também tem sua cultura destruída e rebaixada pela “verdadeira sociedade intelectual”. Cada vez perdem mais espaços para o modelo de vida ocidental baseado em produção, economia e em uma infundada meritocracia tendo suas tradições cada vez mais reduzidas e pouquíssimos representantes nas posições prestigiadas socialmente.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo e a universidade pertence a esses lugares.

Além dos meios palpáveis, a acessibilidade vem junto com a construção de equidade estimulada a partir de discussões que possam gerar e instigar as políticas afirmativas para esse público específico.

É necessário pontuar que a compreensão sobre o tema vem se atualizando. Existem várias compreensões hodiernas sobre o real significado da condição de deficiente. Dentre elas, há a teoria que prega que não se trata de uma doença, mas sim entende-se a deficiência como uma condição na qual há a falta de estrutura, bens ou de serviços, capazes de garantir o bem estar do indivíduo. Ou seja, uma de suas classificações agora é



feita a partir da falta de recursos disponíveis na comunidade em que o indivíduo está inserido e não na sua condição em si.

O PET, como um agente de transformação social, tem como um dos objetivos contribuir com a política de diversidade das IES e denunciar a desigualdade racial e social em que vivemos através dos projetos em pesquisa, ensino e extensão. Logo, o GDT tem como objetivo discutir e formular encaminhamentos a respeito da representação dessas minorias no PET e universidades, ações que podem ser feitas para aumentar a diversidade nos espaços através de estratégias de equidade e política de permanência a fim de manter essas minorias nos espaços conquistados. Tem como principais pontos de pauta: cotas, políticas de permanência, formação de uma comissão de diversidade regional e atribuições e atividades realizadas que serão realizadas por esta comissão.

Ser negro/a, quilombola, indígena ou deficiente no PET é entender sua posição de privilégio e perceber a grande potencialidade em fazer mudança na vida de seus iguais.